

INTELIGÊNCIA ECONÔMICA DE ESTADO: NECESSIDADE ESTRATÉGICA PARA O BRASIL

Delanne Novaes de Souza *

Resumo

O Brasil tem acumulado fracassos decorrentes não apenas de suas intrínsecas fraquezas produtivas como de sua incapacidade de definir seu papel no mundo, particularmente devido à inexistência de grande estratégia nacional no País, em especial de estratégia econômica capaz de promover, de modo integrado e competitivo, suas potencialidades nas relações internacionais. Com vistas a sanar esta grave falta de rumo econômico, o País deve criar e desenvolver mecanismo de modo a orientar e construir consensos para aperfeiçoar sua inserção econômica internacional. Inteligência Econômica de Estado (IEE) e Sistema de Inteligência Econômica (SIE) coordenado, dinâmico, adaptável e transparente, que se aproveite das experiências minimamente consolidadas dos atores econômicos já integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e que integre outros órgãos fundamentais às políticas públicas econômicas do País, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), aliados ao fortalecimento da IEE no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão central do Sisbin, podem ser importantes elementos deste mecanismo.

Palavras-chaves: inteligência econômica; sistema de inteligência econômica; desenvolvimento econômico; estratégia nacional.

NATIONAL ECONOMIC INTELLIGENCE: STRATEGIC NEED FOR BRAZIL

Abstract

Brazil has accumulated setbacks not only from its intrinsic productive weaknesses, but also from its incapacity to define its role in the world, particularly due to the inexistence of a national grand strategy in the country, especially an economic strategy capable of promoting, in an integrated and competitive way, its potentialities in the international relations. In order to cope with this serious lack of economic direction, the country should create and develop a mechanism to guide and build consensus to improve its international economic integration. A National Economic Intelligence (IEE) and a coordinated, dynamic, adaptable and transparent National Economic Intelligence System (SIE), which takes advantage of minimally consolidated experiences of economic actors already members of the Brazilian Intelligence System (Sisbin) and that integrates other key agencies to economic policies of the country, such as the Institute for Applied Economic Research (IPEA) of the Ministry of Planning, Development and Management (MPOG), together with the strengthening of the IEE area under the Brazilian Intelligence Agency (Abin), the central organ of the Sisbin, may be important components of this mechanism.

Keywords: economic intelligence; economic intelligence system; economic development; national strategy.

* Mestre em Estudos Estratégicos (*National Defense University*, Estados Unidos), mestre em Relações Internacionais (Universidade Federal Fluminense) e bacharel em Economia (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

INTRODUÇÃO

Entre os objetivos estratégicos do Brasil, o desenvolvimento nacional ocupa posição ímpar, como preconiza o Art. 3º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2000). Trata-se de necessidade de Estado que, aliada à solução pacífica de conflitos na geopolítica mundial, configura objetivo imperioso ao Brasil. Infelizmente, porém, o país, em especial em alguns setores estratégicos, isto é, aqueles fundamentais ao seu desenvolvimento e garantes de sua soberania, encontra-se sem rumos plenamente definidos, circunstância grave que decorre da ausência de projeto de futuro coordenado, capaz de impulsionar seu potencial de forma orientada e dinâmica.

Como apontam Kalout e Degaut no Relatório de Conjuntura da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2017, p. 12), o Brasil tem avançado agenda pontual, sujeita a conjunturas, sem definir objetivos de longo prazo de modo integrado. Em que pese objetivos de longo prazo avançados por meio de planos estratégicos setoriais, entre outros, o energético, e de empresas específicas, como os da Petrobras e da Eletrobras, não há clareza sobre o modo como se articulam no contexto de objetivos nacionais econômicos de longo prazo.

Em sentido econômico, o País acumula série de insucessos internacionais, não obstante os ganhos em temas agropecuários em painéis da Organização Mundial de Comércio (OMC), entre os quais aqueles no âmbito das

seguintes esferas: Rodada Doha, da OMC; relação bilateral com parceiros potenciais, prejudicada pelo Mercosul, o que ensejou apenas três acordos de livre comércio (Israel, Palestina e Egito) e dois acordos preferenciais (Índia e União Aduaneira da África Austral); tratados sobre investimentos estrangeiros, tendo sido superado por vários países emergentes, como Chile, Argentina, Peru, África do Sul, México e Colômbia; BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), caracterizado, salvo a experiência incipiente do Banco de Investimentos, por competição e desinteresse, como evidencia o baixo montante de investimentos externos diretos no Brasil dos demais países-membros; destaque da China como parceiro comercial (um quarto do *superávit* comercial brasileiro), com pauta de exportações menos diversa e concentrada em *commodities*, situação distinta do comércio com os Estados Unidos da América (EUA), antes dessa primazia da China o maior parceiro comercial do Brasil, e órgão de apelação do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC (SSC)¹, com perda de vagas.

Sublinha-se que entre as dez maiores economias do mundo em 2016, Brasil, Índia, Rússia e Indonésia, não estão entre as dez maiores exportadoras de mercadorias. Além de ser exceção no *ranking* de maiores exportadores entre as maiores economias do mundo, entre todos os membros da OMC, de 2014 a 2016, o Brasil é o país que detinha a menor participação do comércio

1 Ver também BENJAMIM, Daniela Arruda (2013) O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

internacional no PIB – 12,1%², o que sinaliza baixa alavancagem das exportações e do comércio exterior como um todo como fator de crescimento e desenvolvimento nacional, ainda que, em 2016, de acordo com os dados mais recentes do *World Trade Statistical Review*

(2017), tenha sido o terceiro maior exportador de produtos agrícolas e de alimentos do mundo, atrás apenas de União Europeia (UE) e dos EUA, representando, respectivamente, 4,9% e 5% das exportações mundiais³.

Tabela 1 – As dez maiores economias do mundo, segundo o Produto Interno Bruto (PIB) com base na paridade do poder de compra da moeda, com destaque (em negrito) para as que também não são as maiores exportadoras do mundo)

POSIÇÃO	PAÍS
1	China
2	EUA
3	Índia
4	Japão
5	Alemanha
6	Rússia
7	Brasil
8	Indonésia
9	Reino Unido
10	França

Fonte: Banco Mundial

2 A União Europeia (UE), formada por 28 países – nos períodos em foco, não havia ocorrido o chamado Brexit –, foi considerada como bloco. Detém 16,8% de participação do comércio exterior em sua economia. Ressalta-se que os dados mais atuais referentes a alguns países compreendem o período 2013-2015. São eles, em ordem decrescente de participação: Congo, Omã, Guiana, Trinidad e Tobago, Djibouti, Zimbábue, Gabão, Gâmbia, República Democrática do Congo, Laos, Chade, Venezuela, Camarões, Iêmen, Myanmar e República Centro-Africana. Ademais, os dados afetos a dois países – Serra Leoa e Guiné – são do período 2012-2014. Não há dados disponíveis sobre a participação do comércio internacional no PIB na base da OMC de dois países-membros: Cuba e Liechtenstein.

3 Ver também MOREIRA e ARAÚJO JR., 2011.

Tabela 2 – As dez maiores economias exportadoras do mundo (*merchandise trade*)

POSIÇÃO	PAÍS	VALOR (US\$ BI)	PARTICIPAÇÃO (%)
1	China	2098	13,2
2	EUA	1455	9,1
3	Alemanha	1340	8,4
4	Japão	645	4
5	Países Baixos	570	3,6
6	Hong Kong	517	3,2
7	França	501	3,1
8	República da Coreia	495	3,1
9	Itália	462	2,9
10	Reino Unido	409	2,6

Fonte: Dados obtidos do *World Trade Statistical Review 2017*, da OMC

Acrescente-se que de 2004 a 2014 o crescimento das exportações para dezoito países africanos onde se abriram embaixadas nos últimos anos configura acréscimo de apenas 0,38% na pauta de exportação do Brasil e o fato de que apenas 9% do total da pauta de exportações e 6% do total de importações do Brasil se concentrarem no Mercosul. Comparativamente, as exportações da Aliança do Pacífico representaram 47% do total registrado na América Latina (KALOUT; DEGAUT, 2017, p. 20-4). Destaca-se que o Brasil ocupa a 45ª posição no *ranking* de 139 países e governos mais preparados para enfrentar

riscos globais, entre outros, como crise financeira, conforme pesquisa do Fórum Econômico Mundial (WEF, da sigla em inglês) (ANGELIS, 2013, p. 319).

Tais insucessos não decorrem apenas das dificuldades inerentes às relações econômicas internacionais, mas também de ser o País incapaz de definir seu lugar no mundo além da meta clara de ganho de mercados do setor agropecuário, e de suas intrínsecas fraquezas produtivas⁴. De modo a tentar sanar esta ausência de rumo econômico, é imprescindível que o País crie e desenvolva mecanismo capaz de

4 Ver também Waltz, sobre forças produtivas intrínsecas de um país como propulsor de seu próprio desenvolvimento, em que este chamou teorias reducionistas das relações internacionais (teorias marxistas internacionais, como a teoria de Lênin sobre o imperialismo como fase ulterior do capitalismo, entre outras) (WALTZ, 1979. p. 19-38).

orientar com solidez e consenso sua inserção econômica internacional. Um Sistema de Inteligência Econômica (SIE) coordenado, dinâmico e transparente pode ser importante elemento deste mecanismo. (ZELIKOW, 1997).

No Brasil, há iniciativas importantes, como aquelas no âmbito da Diplomacia Comercial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), por meio da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil), em especial, entre os sete programas desta, por intermédio de Inteligência de Mercado e Estratégia de Negócios; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Ipea/MPOG), com o seu estudo *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento*; e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com suas *Projeções do Agronegócio*.

Além de tais iniciativas, há aquelas setoriais privadas, como as das federações de indústrias nos estados; Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Não há no país, todavia, estrutura integrada de Inteligência Econômica de Estado (IEE), isto é, Inteligência de Estado para apoiar o desenvolvimento econômico nacional.

Países que têm se destacado na geoeconomia⁵ (ARENAS, 2014, p. 10) mundial, como Alemanha, China, Coreia do Sul, EUA, França, Japão, Reino Unido (RU), Rússia e Suécia se pautam na IEE como vetor fundamental de desenvolvimento

econômico, conforme a Espanha percebeu ao pensar e tentar conceber seu SIE.

Contrariamente, porém, a qualquer exercício de sobreposição de ideias e sistemas estrangeiros no Brasil, a experiência de tais países apenas serve como fonte de inspiração relevante da Inteligência aplicada à economia. Há que se considerar, por conseguinte, que a criação e o desenvolvimento da IEE no Brasil devem se fundamentar na cultura e em necessidades específicas nacionais, bem como respeitar, por questões de economicidade e bom senso, ainda mais em período de crise econômica, social e política, estruturas já formadas que podem bem servir como guia para a consecução deste propósito.

Este artigo visa apontar a importância da IEE para o desenvolvimento econômico nacional e propor ideias preliminares sobre a criação de um SIE no País e seus integrantes, aproveitando-se de estrutura já minimamente consolidada do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Para isso, está dividido da seguinte forma: na primeira parte, trata-se de definir o que se entende por IEE neste trabalho; em seguida, alude-se à IEE de alguns países, em particular a de alguns daqueles acima citados; na terceira parte, abordam-se problemas associados à IEE, em especial os afetos à priorização – ineficiente e corrompida – pelo Estado, de determinados setores da iniciativa privada, e meios de contorná-los; propõe-se a criação de um SIE, e aponta-se conjunto focal de subáreas econômicas a serem acompanhadas pela Inteligência. Na última parte, tecem-se considerações finais.

5 Ver também conceito avançado por Edward Luttwak e Pascal Lorot.

AFINAL, QUE É IEE?

A literatura internacional sobre inteligência econômica, como ferramenta de Inteligência de Estado no âmbito do campo econômico, não obstante seja escassa⁶, é repetitiva e, na maioria das vezes, estritamente programática, caso, por exemplo, dos estudos espanhóis acerca do tema (ESPANHA, 2016). E, apesar de casos de atuação da IEE, pouco se sabe quanto ao emprego efetivo de Serviços de Inteligência para fins econômicos. No Brasil, a literatura sobre o assunto é rara, como sublinhou Ribeiro (2016, p. 10).

A Inteligência, como ferramenta de auxílio à tomada de decisões econômicas, em geral, é tratada de modo amplo, em que o conceito se confunde ora com Inteligência Competitiva (CI, da sigla em inglês), ora com *Business Intelligence* (BI), os quais se relacionam à gestão do conhecimento para a ação estratégica no âmbito empresarial privado⁷. Ou, como evidencia produção em academias militares (Academia Militar da Romênia, país onde cada vez mais se produz sobre a temática), vincula-se à gestão de recursos em contexto militar, seja em tempos de paz ou de guerra.

Ribeiro (2016, p. 32-44), em seu esforço de delimitar o conceito no aspecto estatal e sugerir uma “rede inicial de atores” de IEE no Brasil, talvez no único trabalho no

País que trata do tema de modo específico, expõe levantamento bibliográfico em que revela a diversidade do emprego conceitual da inteligência econômica e como esta se confunde com métodos de gestão empresarial. A autora aponta que em pesquisa realizada em junho de 2016, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que reúne teses e dissertações defendidas no Brasil e por brasileiros no exterior, por meio do assunto “Inteligência Econômica”, não se recuperou nenhum resultado. Nem no Google Acadêmico se encontrou qualquer tese ou dissertação em busca realizada no mesmo período. Em sua pesquisa para defesa de dissertação, apenas 37,5% dos documentos que a economista analisou entendiam inteligência econômica como atividade de Inteligência de Estado com vistas ao desenvolvimento econômico (RIBEIRO, 2016, p. 34-5).

IEE, distintamente de tais ferramentas de auxílio à tomada de decisões estratégicas no setor privado, é Inteligência de Estado para fins de desenvolvimento econômico, o que se coaduna com um conjunto de ações coordenadas de busca, tratamento, difusão e proteção das informações úteis aos diferentes atores econômicos (MARTRE, 1994, p. 3). Em âmbito estatal, favorece a competitividade de uma nação frente às demais. Em todos os países em que há SIE

6 Potter (1998, p. 29) aponta que na literatura ostensiva sobre o assunto, há muito menos informações sobre análise comparativa entre SIEs que sistemas de Inteligência de modo geral.

7 De acordo com o Financial Times, BI é método de inteligência usado por empresas em que se tratam dados brutos (quantitativos) a fim de se ter melhor compreensão de suas atividades internas. Geralmente requer uso de técnicas específicas, por meio de *hardware e software*, como *Big Data*, *OLAP (online analytical processing)*, *data mining* e *DSS (decision support systems)*. Objetiva detectar padrões de comportamento de modo a antecipar comportamentos futuros. Por sua vez, CI analisa dados externos às atividades da empresa, tendo foco qualitativo, de modo a obter vantagem estratégica em determinado nicho concorrencial. Já a Inteligência Financeira, está relacionada à prevenção e combate a práticas ilegais – lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo – no sistema financeiro nacional e internacional. Tais tipos de Inteligência, portanto, não devem ser confundidas com IEE.

de razoável capacidade de atuação, traço comum é a sinergia entre o Estado e empresas privadas de setores estratégicos⁸, selecionados segundo os interesses de desenvolvimento e cultura de cada país. Observa-se que a definição de Martre deve ser relacionada à especificidade de cada país quanto aos setores econômicos e empresas a serem contemplados.

Frisa-se que embora se costume, particularmente quanto à atuação dos EUA em IEE, realçar o papel desta no que concerne à obtenção de dado negado, quase 90% do estoque de dados econômicos se concentram em bancos de dados, imprensa, publicações especializadas, seminários e Internet, isto é, fontes abertas. Os 10% restantes são geralmente obtidos por meio de fontes “fechadas”, que podem demandar práticas desonestas (*grey information*) ou ilegais (*black information*) (IVAN, 2013, p. 187-8).

Entre as várias linhas de ação em que o Estado pode atuar como produtor de IEE estão as seguintes: formação de opinião e consciência do papel da informação no processo econômico; assistência durante a criação de capacidades específicas, educação e treinamento de especialistas; desenvolvimento de plataformas de cooperação nos vários setores econômicos; criação de parceria estratégica no gerenciamento da informação e conhecimento, e consultoria (IVAN, 2013, p. 191-2).

Ressalta-se que neste trabalho a IEE se

alinha a referenciais *estratégicos* de Inteligência no Brasil: a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que instituiu o Sisbin; o Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, que fixou a Política Nacional de Inteligência (PNI); a Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT), e os fundamentos doutrinários da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência, com a especificidade de estar voltada para assessorar decisores nacionais quanto ao desenvolvimento econômico. No âmbito da PNI, Inteligência é

[...] atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado.

IEE é, portanto, tal atividade dirigida especificamente ao processo decisório nacional econômico.

Além de objetivar garantir a segurança nacional quanto aos aspectos econômicos, a IEE hoje está em patamar mais básico quanto a seu foco de atuação, como preconiza o *Intelligence Services Act* do RU, de 1994, ao incluir no rol de atribuições dos Serviços de Inteligência a promoção do bem-estar econômico do Reino Unido (PORTEOUS, 1998, p. 81-83). Percebe-se, pois, que bem-estar econômico seja menos restrito que segurança econômica associada à segurança nacional. No que diz respeito à relação entre estas se realça que no advento de a economia nacional

8 Na literatura especializada, referem-se a alguns destes setores, aqueles intensivos em tecnologia e capital, entre eles o de microeletrônica, telecomunicações, computadores, biotecnologia, aeroespacial, nuclear, químico e farmacêutico, como os detentores de *enabling technologies*, haja vista tornarem o país mais competitivo no mundo (POTTER, 1998).

inviabilizar a prosperidade da população e as instituições que garantem harmonização de interesses sociais (defesa, saúde, educação, pensões, etc.), o Estado perde sua razão de existir, tornando-se um “estado falido”, o nível máximo de insegurança para o Estado, segundo *matriz de segurança* do *Watson Institute for International Studies* (IVAN, 2013, p. 194).

Ou, conforme a tipologia de Martre (1994, p. 84), a inteligência econômica pode ser primária e secundária (*green e yellow zones*, a depender da obtenção mais ou menos pública do dado), por meio da coleta de dados de fontes abertas como centros estatísticos, sistemas *on line*, *think tanks*, universidades, bibliotecas, associações de comércio, imprensa e publicações especializadas; tática (*red zone*), isto é, quando obtém dados e informações mais privilegiados e sensíveis, por intermédio de contatos pessoais, simpósios fechados, dados mais protegidos de empresas, e clandestina (*black zone*), quando coleta informação classificada.

Não se pode desprezar que ameaças a empresas de setores estratégicos, cuja seleção se deve vincular a uma grande estratégia nacional ou a uma estratégia nacional econômica subordinada àquela, públicas ou privadas, podem configurar ameaça ao interesse nacional, devendo, se assim o for, ser objeto de tratamento pelo Estado.

Vulnerabilidades e ameaças que tenham impactos macroeconômicos, como, por exemplo, nas políticas monetária e fiscal, e

práticas abusivas de comércio internacional também devem ser foco de consideração pelo Estado. Este deve, portanto, atuar, ademais das áreas que impactem a macroeconomia do País, também nos aspectos microeconômicos que possam afetar a competitividade de empresas estratégicas, como corrupção de empresas estrangeiras competidoras, e na construção e fortalecimento de regimes internacionais⁹, como os relacionados ao mercado financeiro internacional; investimentos externos diretos; comércio internacional; propriedade intelectual; indicadores financeiros e *ratings*; bem como em campanhas internacionais de desestabilização, as quais podem prejudicar diversas políticas públicas (REVEL, 2010; PORTEOUS, 1998, p. 11, 104-108).

Fator importante no que diz respeito à IEE é o fato de o Estado, em que pese ampla gama de empresas privadas que atuam em Inteligência no campo econômico, ser dotado de capacidade única de coleta. Serviços de Inteligência são particularmente úteis ao assessorar a tomada de decisões no Estado por meio de análise sobre questões econômicas não disponíveis em fontes abertas, como na detecção de tentativas de influência estrangeira nos interesses econômicos internacionais do país.

O Escritório de Avaliações Nacionais (ONA, da sigla em inglês), coordenador da comunidade de Inteligência da Austrália, defendeu sua atuação em IEE com base no objeto de acompanhamento: compreensão de capacidades e intenções que competidores e adversários do país

9 Assim, todo o marco regulatório vinculado à proteção do meio ambiente, emissões de carbono, riscos nucleares, garantias mínimas aos trabalhadores, trabalho infantil, preservação de estoques de peixes, segurança alimentar torna-se objeto de acompanhamento da IE (IVAN, 2013, p. p. 192).

buscam esconder. Além disso, os Serviços podem desenvolver atividades de modo a influenciar eventos, comportamento e formulação de política econômica de países estrangeiros, inclusive por meio de campanhas de desinformação, influência encoberta em decisões econômicas, e, talvez o aspecto mais polêmico, obter e difundir inteligência comercial e tecnológica para atores comerciais (PORTEOUS, 1998, p. 88, 107).

Outros campos passíveis de acompanhamento pela IEE são as negociações comerciais e aqueles associados à segurança cooperativa que podem impactar economicamente o país, como migrações, crime internacional, doenças, direitos humanos, e crises humanitárias (POTTER, 1998, p. 4).

A IEE E OS SIES NO MUNDO

A demanda de Inteligência para a tomada de decisões pelo Estado está intimamente ligada ao modelo de sociedade, estilo de vida, ética, aspectos jurídicos, tradições, identidade cultural e nível de desenvolvimento de cada país. Como dito, portanto, a criação e o desenvolvimento da IEE no Brasil devem se fundamentar na cultura e necessidades específicas nacionais.

Como evidência desta especificidade, história, geografia, língua e cultura geral predispõem os canadenses a serem aparentemente mais coletivos que os americanos, mas não os faz unificados na gestação de um propósito nacional, como ocorre na Alemanha e Japão. O Canadá não tem cultura de compartilhamento de informação. Ademais, a história política

do Canadá é marcada por períodos de centralização e descentralização, efeito da resistência provinciana a tentativas de se racionalizar suposto sistema de inteligência econômica. Também no país inexistente cultura de inteligência econômica no setor privado, por dificuldade de compartilhar informações e sensibilizar funcionários quanto ao modo de coleta de informação por agentes externos às empresas, bem como falta de consciência destas da importância do assunto (IVAN, 2013, p. 184; POTTER, 1998, p. 22).

A cultura impacta não só tecnicamente na criação e desenvolvimento de IEE, como em aspectos morais relativos ao tema. Quanto maior o sentimento de propósito nacional, maior a possibilidade de os atores econômicos do país “aceitarem” os dilemas morais que podem advir da inteligência econômica. O senso de competitividade como objetivo nacional, assim, será prevalecte quanto aos meios de obtenção e produção de Inteligência. De modo similar, países mais propensos à intervenção do Estado na economia tenderão a ter menos resistência quanto ao emprego da IEE em assuntos comerciais, como ocorre no caso de assistência estatal aos chamados “campeões nacionais” (POTTER, 1998, p. 67; PORTEOUS, 1998, p. 100).

Este traço cultural também está presente na chamada “*co-opetition*”, inserida no contexto da geoeconomia. Como Potter (1998, p. 4) defende, japoneses, alemães e franceses veem poucas inconsistências ou dilemas morais ao coletar e reunir inteligência econômica um do outro, aberta ou clandestinamente, enquanto mantêm consenso político em matérias como arranjos de segurança comum, e liberalização do comércio

internacional e investimentos.

Em alguns países, com maior senso estatal e coletivista, o SIE caracteriza-se pela atuação do Estado na proteção e criação de indústrias nacionais (“campeões nacionais”). Participam diretamente como ator no mercado, bem como provêm o setor privado, por meio de canais regulares e formais, de serviços e informação. Em outros países, há grande complementariedade entre os setores público e privado, sem que haja qualquer ator que exerça liderança efetiva na provisão de inteligência econômica. Ademais, quanto mais aberta a economia de um país, mais se tende à provisão de informações abertas, caso dos países da Organização Econômica para Cooperação e Desenvolvimento (OECD), nos quais, em razão disso, há plethora de fornecedores de inteligência econômica privada (POTTER, 1998, p. 56-7).

Outros dois aspectos importantes são o senso de competitividade nos países e a predisposição dos Estados em se engajar em inteligência. Assim, a competitividade entre as firmas japonesas é característica no mercado doméstico, enquanto tendem a cooperar na economia internacional. Já o Canadá e os EUA são relutantes; o RU, bem menos, enquanto a prática é considerada normal no Japão, Alemanha e França (POTTER, 1998, p. 66).

Segundo Martre (1994, p. 13), SIEs são modelos, pois satisfazem a três condições: a prática de inteligência econômica é permanente, contínua quanto ao emprego de técnicas, e perene no uso de estratégias. SIEs são geralmente compostos de instituições de Estado, das quais os Serviços de Inteligência

são um dos componentes, que coletam, analisam, e difundem conhecimento de modo a proteger e promover a segurança econômica nacional (POTTER, 1998, p. 1), e diversos outros entes privados, a depender do país.

Um SIE é visto como conjunto de práticas e estratégias de interpretação da informação útil, desenvolvida e compartilhada no seio de uma nação entre seus diferentes níveis de organização: Estado, organizações governamentais, autoridades locais, empresas, sistema educacional, associações profissionais, sindicatos, entre outros. Deve ter três finalidades: a) desenvolver capacidades de interpretação e compreensão do meio pelos diferentes agentes econômicos; b) produzir conhecimentos compartilhados e ajustar ações coletivas adaptadas aos desafios da organização; e c) executar estratégias de influência, para promover modelo de desenvolvimento socioeconômico nacional nos mercados externos, de modo a valorizar o poder de negociação do Estado no seio das relações internacionais (CLERC, 1999).

A rede social de IEE soma-se às contribuições de uma série de atores (universidades, centros de inovação, fundações, associações) sobre a qual um observador está atento para sinalizar pontos fortes que podem agregar valor à dinâmica de desenvolvimento de uma rede nacional (GÓMEZ; RAMÍREZ, 2008).

Além dos pioneiros Alemanha, Japão e Suécia, outros países se destacam no que tange à IEE, como China, França, EUA e RU, sempre pautados por sua cultura, necessidades específicas e estratégia de

inserção internacional. Alguns deles, como a Espanha, que não conta com SIE plenamente estabelecido, os EUA, o RU, o Canadá e a Rússia, contam com atuação do Serviço de Inteligência – o Centro Nacional de Inteligência (CNI); a Agência Central de Inteligência (CIA); o Serviço Secreto de Inteligência (SIS, ou MI6, das siglas em inglês), por meio da *Section VII*; o Serviço Canadense de Inteligência de Segurança (CSIS, da sigla em inglês) e o Centro de Segurança das Telecomunicações (CSE, da sigla em inglês), e o Serviço de Inteligência Externa russo (SVR, da sigla transliterada do russo), por sua Diretoria de Inteligência Econômica.

O Japão foi o primeiro país a usar a IEE de modo a estimular o desenvolvimento econômico, com o fim de preservar sua independência econômica frente a potências ocidentais. A IEE japonesa caracteriza-se pelo papel garantidor do Estado na gestão estratégica do conhecimento, por meio do Ministério do Comércio Internacional e Indústria (MITI, da sigla em inglês), que oferece aos setores econômicos estratégicos do país estudos especializados do Instituto de Proteção Industrial (IIP, da sigla em inglês) e auxílio ao corpo diplomático, por meio do Centro de Informação e Investigação.

Caracteriza-se por profundo sentimento coletivo patriótico, visão de longo prazo associada à análise prospectiva, inserção comercial específica por país, política de comunicação seletiva da informação, aliada à prática de desinformação. O Japão dispõe de forte capacidade em análise de IEE de fontes abertas. Adota a chamada “*globalization*”, isto é, proteção do mercado doméstico e,

também, expansão do comércio exterior, já mencionada (ARENAS, 2014). Como se trata de IEE caracterizada por compartilhamento de informações, as empresas japonesas são relutantes em obter inteligência econômica aberta de consultorias, sejam elas nacionais ou estrangeiras.

Outros importantes atores são o Escritório de Pesquisa da Informação, do Gabinete do Primeiro Ministro (CIRA) ou Escritório de Inteligência, encarregado de enviar relatórios semanais de todo o mundo para tal gabinete; a Organização de Fomento ao Comércio Exterior do Japão (JETRO), e grandes corporações japonesas que operam no exterior. Há também entendimento tácito entre os conglomerados japoneses (*keiretsu*) de modo a evitar que se destruam domesticamente, mas sim a pensar em competição econômica no longo prazo, o que potencializa a solidariedade entre eles em relação aos negócios internacionais. O SIE japonês evidencia forte consenso e cooperação entre os principais atores econômicos quanto às iniciativas, abertas ou encobertas, necessárias ao fortalecimento da economia (POTTER, 1998, p. 57-8).

Em 1991, a pedido da CIA, graduandos americanos produziram relatório intitulado *Japan 2000*, no qual argumentaram que o “milagre japonês” decorreu de estratégia eficiente em obter informação econômica. Em poucos anos, segundo o documento, o Japão tornou-se uma das maiores potências econômicas do mundo, apesar de sua infraestrutura ter sido destruída na Segunda Guerra Mundial.

Diferentemente dos SIEs americano e canadense, o sistema de IEE da Alemanha

é similar ao japonês. Caracteriza-se por centralização do fluxo de informações provenientes de órgãos estatais; uso sistemático de redes de emigrantes e descendentes alemães no exterior; 6.000 câmaras de comércio; sindicatos; províncias; informação de empresas privadas, como bancos, companhias comerciais e de seguro, grandes grupos industriais, sociedades de transporte; e sentimento coletivo de patriotismo econômico. Como atores centrais há rede de decisores nos níveis federal e outros níveis de governo, e rede industrial. Como no caso japonês, o SIE alemão está baseado em meta estratégica nacional reconhecida pelos principais entes econômicos. Um fator histórico importante é a atuação do setor privado junto ao governo por meio de câmaras de comércio, algo que remonta à Liga Hanseática. Daí ser o setor privado o *hub* do SIE e não o governo. É fundamental o papel do Círculo Interministerial para a Proteção da Economia, criado em 2008 (POTTER, 1998, p. 60-61).

Foco especial tem sido dado a empresas e governos estrangeiros, especialmente da França, do RU, dos EUA e do Leste Europeu, de forma a proteger a Alemanha no que tange à Inteligência destes países. Marcante é a requisição dos melhores Oficiais de Inteligência do Serviço Externo da Alemanha, o BND, e da Polícia Federal Criminal (BKA, da sigla em alemão), para gerenciar a coleta de dados econômicos. Talvez uma fraqueza do SIE alemão seja a tendência a concentrar como fontes de informação os institutos de pesquisa, fornecedores privados de informação e redes comerciais alemãs.

Diferentemente dos SIEs da Alemanha e do Japão, o SIE dos EUA é descentralizado, em razão do individualismo reinante no sistema político e econômico do país. Assim, alianças entre empresas no estilo japonês (*keiretsu*) foram historicamente curtas. As grandes empresas americanas, em decorrência de seu poder financeiro, têm sido capazes de desenvolver intensa inteligência competitiva (MARTRE, 1994). Potter destaca, por exemplo, que o orçamento para a inteligência competitiva da General Motors excedia, na década de 1990, o do Serviço de Inteligência Externa da França (POTTER, 1998). Diante da dispersão e concentração nas empresas e da necessidade de se organizar o fluxo de inteligência econômica no governo federal, a IEE ganhou forte impulso durante o governo de Bill Clinton (1993-2001), que passou a contar com estrutura estatal focada na busca de vantagens competitivas para empresas americanas em determinados setores industriais. Em 1993, criou-se o Conselho Econômico Nacional (NEC, da sigla em inglês), órgão máximo de assessoria econômica presidencial¹⁰, que ocupa o mesmo nível que o Conselho de Segurança Nacional (SANDOVAL, 2006, p. 20). Já no início da década de 1990, sucessivos diretores da CIA, entre eles William Webster e R. James Woolsey, indicavam a IEE como de importância fundamental para a comunidade de Inteligência dos EUA (DÍAZ, 2014, p. 356). Desde então, as empresas passaram a cooperar mais com o governo no sentido de criar e desenvolver estratégia internacional de negócios. Em 1996 votou-se o *Economic Espionage Act*, de modo a proteger os segredos dos negócios americanos.

10 O presidente recebe, diariamente, além de relatório de segurança, relatório de IEE.

A atuação da CIA salientou-se, entre outros eventos, nas negociações bilaterais EUA-Japão sobre automóveis em 1994, quando agentes da Agência estavam entre os negociadores comerciais americanos, de modo a avaliar a pressão que estes podiam exercer sobre suas contrapartes japonesas. De igual modo, um ano antes, durante a Rodada Uruguaia de comércio, a CIA proveu o governo das conversas de membros que negociavam o acordo comercial, especialmente franceses, e da Comissão Europeia. Ademais, ilustra ajuda a atores comerciais nos EUA episódio envolvendo a Hughes Aircraft, quando, em abril de 1993, esta decidiu não participar do Bourget Air Show após alerta da CIA de que a companhia estava sendo espionada pelo Serviço de Inteligência francês. O presidente da Hughes tinha sido informado que a empresa estava numa lista de 49 companhias americanas objeto de ação da Inteligência da França.

A França, ao analisar a perda de competitividade de sua inserção internacional no mundo, publicou, em 1994, o Informe Martre, referência maior da IEE do país¹¹, que estimulou a criação do Comitê para a Competitividade e Segurança Econômica (CCSE), similar ao NEC dos EUA, subordinada ao Primeiro-Ministro. O Informe apontou a necessidade de pesquisa coordenada, processamento e difusão de Inteligência a atores econômicos estratégicos. Posteriormente, em 2003, publicou-se o Informe Carayon, que fortaleceu a IEE como questão de Estado e criou um SIE dirigido por alto

funcionário subordinado a um comitê sob responsabilidade de representante do Primeiro Ministro. Em tal comitê estavam representados o Presidente da República, o Primeiro Ministro, os Ministros do Interior, de Relações Exteriores, de Defesa e de Economia. Em 2009, o alto representante passou a ser o delegado interministerial para assuntos de IEE (D2IE), encarregado de elaborar a política pública francesa de IEE (RODRÍGUEZ, 2016). Participam do sistema órgãos estatais, empresas de Inteligência estratégica e câmaras de comércio, que avançam os quatro pilares prescritos no Informe Martre: fomentar a participação de empresas; otimizar o fluxo de informações entre os setores público e privado; construir base de dados adaptada às necessidades de usuários; e fomentar a formação e a educação em IEE. A IEE na França tem permitido a empresas como Airbus, Renault, Total, PSA-Citroën, Areva, Air France, entre outras, importantes contratos no Irã e países da América Latina. Ressalta-se que se menciona a IEE francesa até mesmo no Livro Branco de Defesa da França.

SIE NO BRASIL: UMA PROPOSTA INICIAL E PROBLEMAS POTENCIAIS ASSOCIADOS À IEE NAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E O SETOR PRIVADO

No Brasil, não há grande estratégia nacional ou estratégia econômica nacional que alie interesses nacionais ou interesses nacionais econômicos específicos, o que desfavorece, embora não incapacite, a criação e o

11 Para análise histórica da IEE francesa, ver GIUSEPPE, Gagliano. *Economic Intelligence Culture in France*. Disponível em: <moderndiplomacy.eu>. Acesso em: 21 out. 2017.

desenvolvimento de SIE integrado. De modo geral, portanto, setores estratégicos da economia nacional não são selecionados¹² de modo a orientar o Estado a fomentar empresas e interesses para promover melhor inserção internacional do País, com vistas a seu desenvolvimento econômico e social.

Deve-se ter em mente que a existência de colegiado como o SIE brasileiro, em que as orientações estratégicas gerais seriam discutidas de modo coordenado e transparente, pode contribuir para o necessário enfraquecimento de práticas desleais na economia nacional, as quais podem desencadear corrupção e escolha ineficiente de setores a serem objeto de incentivos, por meio de contratos com o setor público, financiamento estatal e até mesmo sociedades entre o Estado e empresas privadas, o que pode, por sua vez, levar à internacionalização de companhias de área duvidosamente estratégica, causando perda de capacidade em desenvolvimento do País, como bem destacou o economista José Roberto Mendonça de Barros MENDONÇA DE BARROS (2017).

Como guia inicial para este fim, no âmbito do Sisbin, entre os atuais 39 órgãos de 16 ministérios ou instituições de nível ministerial, pode-se já identificar o aparato estatal da comunidade de Inteligência vinculado às políticas públicas econômicas. Sugere-se, por natural atuação estratégica na área econômica do País, ademais de já a compor o Sistema, incluir, além da Secretaria-Geral, as seguintes Subsecretarias-Gerais do MRE: Assuntos Econômicos e

Financeiros; Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia; e Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temáticas Culturais. Além dos órgãos do Ministério da Fazenda (MF) já participantes, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). E, ainda, o MDIC, com sua Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), juntamente com sua Secretaria-Executiva; os adidos agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e o MPOG, a contemplar também o Ipea e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além destes, haja vista a sinergia entre o Estado e outros atores relevantes na condução da economia nacional, necessária a um SIE, sugerem-se como integrantes do SIE brasileiro as seguintes instituições: Apex-Brasil, de cujo Conselho Deliberativo participam o MRE, o MAPA, o MDIC, a Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), e o BNDES; a CNI; a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); a CNA; o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX); a Petrobras; as empresas ligadas à Indústria de Defesa Nacional, tendo por marcos a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END); universidades; e *think tanks*, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

12 A PNI sinaliza apenas de modo genérico tais setores, ao aludir que se deve proteger e impulsionar interesses nacionais econômico-financeiros e científico-tecnológicos.

Assim, no âmbito do Sisbin, o SIE brasileiro contaria com os seguintes participantes:

MINISTÉRIO	ÓRGÃO
1 - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR)	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Brasileira de Inteligência
2 - Casa Civil (CC/PR)	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria-Executiva (SE/CC/PR)
3 - Ministério da Defesa	<ul style="list-style-type: none"> • Subchefia de Inteligência de Defesa (SC-2/MD)
4 - Ministérios das Relações Exteriores	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria-Geral (SG/MRE); • Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros; • Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia; • Subsecretaria-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais;
5 - Ministério da Fazenda	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria-Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (SE/COAF/MF) • Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF); • Banco Central do Brasil (BCB/MF); • Comissão de Valores Mobiliários (CVM/MF);
6 - Ministério do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria-Executiva
7 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	<ul style="list-style-type: none"> • Gabinete do Ministro de Estado (GAB/MCTI);
8 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria-Executiva (SE/MAPA);
9 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria-Executiva (SE/MTPAC);
10 - Ministério das Minas e Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria-Executiva (SE/MME);
11 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara de Comércio Exterior (CAMEX); • Instituto Nacional de Propriedade Industrial;
12 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Fonte: adaptado pelo autor (quadro de integrantes do Sisbin)

De modo geral, os atores econômicos estatais envolvidos no desenvolvimento do SIE brasileiros, seriam de três níveis:

1. Nível 1: Grandes coletores de dados, que necessitam de mais profundo processamento, como o MRE, que não coleta dados de modo sistemático, e o MDIC, por meio da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), cujo foco de atuação é o aparato técnico relativo à operacionalidade do comércio exterior (questões documentais aduaneiras, etc.), e acordos comerciais específicos;
2. Nível 2: Órgãos que não coletam dados de modo sistemático para a IE, mas que possuem forte capacidade de processamento, como o Banco Central do Brasil (BCB) e o Tesouro Nacional, do MF; e
3. Nível 3: Coletores e grandes demandantes de dados, como o MAPA, cuja requisição necessita ser constantemente orientada.

À Abin, órgão central do Sisbin, poderia caber a coordenação do SIE no contexto de sua experiência no âmbito do Sistema, oferecendo aos atores públicos fundamentais no campo econômico plataforma de coordenação e desenvolvimento de consensos, e também cumprir a tarefa de proporcionar maior integração com órgãos nacionais precipuamente atuantes nas políticas públicas econômicas, e de prospecção de cursos, inclusive de pós-graduação, em centros especializados no tema, como aqueles de universidades francesas e espanholas, bem como em *think tanks*, como o *Eurasia Group* que, em parceria com a *NYU Stern School of Business*,

da Universidade de Nova Iorque (NYU, da sigla em inglês), possui cursos como o *Global Political Risk and its Impact on Business* que, tangentes à área, podem enriquecer a formação dos Oficiais de Inteligência.

Como áreas de acompanhamento do SIE para o Brasil, em razão das necessidades inerentes a sua melhor inserção no mundo e capacidades produtivas, sugerem-se as seguintes:

- a) Comércio internacional, tanto no que se refere às negociações internacionais, como na análise de práticas desleais de comércio (agricultura, etc.);
- b) investimentos externos;
- c) sistema financeiro internacional, não só em sentido macroeconômico, como especificamente no que concerne a indicadores de investimento e formulação de *ratings*, os quais são formulados por comitês deliberativos privados;
- d) aspectos macroeconômicos de países que afetem mais fortemente a economia internacional, em particular as políticas monetária e fiscal;
- e) desenvolvimento em ciência e tecnologia estrangeira em setores estratégicos, entre eles aqueles relacionados à indústria nacional de defesa;
- f) energia;
- g) práticas desleais de setores e empresas competidoras estrangeiras de seus equivalentes no país;

- h) propriedade intelectual;
- i) marcos regulatórios ou regimes internacionais de comércio, investimentos, propriedade intelectual;
- j) campanhas internacionais de desestabilização;
- k) desinformação de modo a favorecer interesses estrangeiros;
- l) influência e interferência externas;
- m) desinformação; e
- n) estudos acerca da concorrência internacional em setores e empresas estratégicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À parte dos sucessos no setor agropecuário, o Brasil tem fracassado em muitos aspectos de sua inserção econômica internacional, em particular por não saber o que efetivamente quer, pode e deve fazer para se desenvolver. Contudo, a ausência de grande estratégia nacional ou, no que se refere à economia, de estratégia econômica nacional, apesar de enfraquecer a construção de projeto futuro do Brasil no seio de suas relações econômicas internacionais de modo

competitivo, dando ensejo assim a seu desenvolvimento, não deve prejudicar a tarefa árdua, mas necessária, de se criar mecanismo capaz de coordenar e gerar consenso sobre os caminhos que o País quer e precisa seguir, sob pena de se ver perdido e com a soberania ameaçada por interesses estrangeiros. A criação e o desenvolvimento do SIE brasileiro, embora aqui propostos de modo preliminar, sujeito, portanto, a revisões de toda ordem e aprofundamento futuro, são parte de tal mecanismo.

Nas bases criativas do SIE brasileiro, como aludido, persistem desafios, os quais podem ser superados, entre outras medidas, por meio de transparência e diálogo no âmbito do SIE, entre eles o da priorização indevida de empresas na economia nacional, de setores de valor estratégico duvidoso. Discussões transparentes sobre que setores selecionar como objeto de fomento econômico estatal, amparadas tanto na PNI como na ENINT, podem mitigar tais práticas.

Por fim, passível de futura pesquisa, entre outros desafios político-institucionais e técnicos, resta desenvolver forma de integrar à estrutura de SIE atores privados, como empresas, fundações, universidades e *think tanks* fundamentais ao Sistema.

REFERÊNCIAS

- ANGELIS, Cristiano Trindade. Uma proposta de um modelo de inovação e inteligência governamental. In: *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 10, n.3, p. 297-324, jul./set. 2013.
- ARENAS, Eduardo Olier. Strategic Intelligence and Economic Security. In: ESPANHA. Ministry of Defence. *Strategic Dossier 162 B Economic Intelligence in a Global World*. Spanish Institute for Strategic Studies, 2014.
- BENJAMIM, Daniela Arruda. *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- BRASIL. Brasil: um país em busca de uma grande estratégia. *Relatório de conjuntura n. 01*. Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Brasília: 2017.
- _____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Org. de Alexandre de Moraes. 16.ed, São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. Gabinete de Segurança Institucional. Agência Brasileira de Inteligência. *Doutrina Nacional de Inteligência: fundamentos doutrinários*. Brasília: Abin, 2016.
- _____. Decreto no 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF.
- _____. Lei no 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – Abin e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF.
- CLERC, Philippe. Inteligência econômica: desafios atuais e perspectivas. In: *A Informação: tendências para o novo milênio*. Brasília: IBICT, 1999. P. 130-143.
- DÍAZ, Gustavo. De la cooperación a la competición: la inteligencia económica en el marco de la estrategia de seguridad nacional 2013. *UNISCI Discussion Papers*, No 35, 2014.
- ESPANHA. Ministerio de Defensa. El sistema de inteligencia económica en España. Documento de Trabajo 07/2016. In: *Plan Anual de Investigación 2016*. Instituto Español de Estudios Estratégicos
- _____. *Strategic Dossier 162 B Economic Intelligence in a Global World*. Spanish Institute for Strategic Studies, 2014.
- GARCÍA, Jesús Santiago Fernández. Situación de la inteligencia económica en España. In: ESPANHA. Ministerio de Defensa. El sistema de inteligencia económica en España.

Documento de Trabajo 07/2016. *Plan Anual de Investigación 2016*. Instituto Español de Estudios Estratégicos.

GIAMBIAGI, Fabio & PORTO, Cláudio (2011) 2022: *propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

GÓMEZ, Andrés Montero; RAMÍREZ, José Martín. *Inteligencia económica como vector internacional de seguridad*. Madrid: Real Instituto Elcano, 2008. (Documento de Trabajo, n. 18/2008).

IVAN, Valeriu. Economic Intelligence. In: *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology*, Special Issue, December 2013.

_____. *Economic Intelligence: Instrument for Achieving Romania's Economic Security*. In: *International Scientific Conference Strategies XXI the complex and dynamic nature of the Security Environment*. v.1 Bucharest - Romania 2015.

_____. *Models of Competitive Intelligence on the State Level. Common Elements and Characteristic Landmarks. The 11th International Scientific Conference "Defense Resources Management in the 21st century"*. Brasov, Nov. 10th 2016.

MARTRE, Henri. *Intelligence économique et stratégie des entreprises*. Paris: La Documentation Française, 1994. Disponível em: <www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/074000410.pdf>. Acesso em: out. 2017.

MENDONÇA DE BARROS, José Roberto. *JBS: vale a pena um campeão nacional?* Disponível em: <economia.estadao.com.br/noticias/geral,jbs-vale-a-pena-um-campeao-nacional-imp-,636_021>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MOREIRA & ARAÚJO JR. Comércio Exterior e Crescimento: Diagnóstico e uma Agenda para 2022. In: GIAMBIAGI, Fabio e PORTO, Cláudio (2011) 2022: *propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011

PORTEOUS, Samuel D. Economic and Commercial Interests and Intelligence Services. In: Potter, Evan H. (ed.) *Economic Intelligence & National Security*. Ottawa: Carleton University Press & The Centre for Trade Policy and Law, 1998. p. 79-128.

POTTER, Evan H. (ed.) *Economic Intelligence & National Security*. Ottawa: Carleton University Press & The Centre for Trade Policy and Law, 1998.

REVEL, Claude. *Economic Intelligence: An Operational Concept for a Globalised World*. Disponível em: em <www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_en/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/defense+security/ari134-2010>. Acesso em: 16 nov. 2017.

RIBEIRO, Anna Carolina M. L. *Sistema Brasileiro de Inteligência Econômica: reflexões para o estabelecimento de uma rede inicial de atores*. Dissertação de Mestrado de Economia a Brasília: UnB, 2016.

RODRÍGUEZ, Jorge Vilas. *Francia y la Inteligencia Económica: una cuestión de Estado*. Documentos de Trabajo 2/2016. Madrid: Centro de Análisis y Prospectiva, Gabinete Técnico de la Guardia Civil, 2016.

SANDOVAL, Mario. La Inteligencia Económica: La Función y El papel del Gobierno. In: *Puzzle*-Año 5. ed, n. 2 mayo-jul. 2006. Barcelona: 2006.

WALTZ, Kenneth. Reductionist Theories. In: *Theory of International Politics*. Berkeley. University of California, 1979. p. 19-38.

ZELIKOW, Phillippe. American economic intelligence: past practice and future principles. *Intelligence and National Security*, v. 12, no. 1, p. 164-177, 1997.